



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0002859-52.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **DARIO NARANJO FERNANDEZ**  
 Requerido: **VIVO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido produto da ré, o qual entretanto não lhe foi entregue.

Alegou ainda que não obstante a ré emitiu faturas para pagamento dos serviços pertinentes, sem embargo de não terem sido prestados, além de inseri-lo perante órgãos de proteção ao crédito.

A ré em contestação genérica não impugnou especificamente os fatos articulados pelo autor.

Limitou-se a asseverar que inocorreu falha na prestação dos serviços a seu cargo e que a dívida em apreço derivaria da falta de pagamento pelo autor de valores contratualmente ajustados.

Não se pronunciou, porém, sobre o ponto central da pretensão deduzida, vale dizer, a entrega do produto adquirido pelo autor.

Tocava à ré fazer prova de tal entrega, seja por força do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, seja porque seria inexigível ao autor demonstrar fato negativo.

Ela, porém, não amealhou sequer um indício que ao menos atuasse em seu favor, delineando a efetiva entrega do produto trazido à colação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Diante disso, impõe-se a conclusão de que os débitos discutidos não possuem lastro a sustentá-los, até porque a par da falta de comprovação da entrega do produto que teria dado causa a eles a ré de igual modo não patenteou quais foram os serviços supostamente prestados ao autor.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, permite concluir que sob qualquer ângulo de análise prospera o pleito exordial.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e a inexigibilidade dos débitos apontados a fl. 01, bem como de quaisquer outros advindos desse contrato.

Torno definitiva a decisão de fls. 15/16.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**